

IMBEL-INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL

Contrato 2/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
2/2026	168003-IMBEL-INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL		
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		65251.000825/2025-84

Preâmbulo



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL

VINCULADA AO MINISTÉRIO DA DEFESA POR INTERMÉDIO DO
COMANDO DO EXÉRCITO

CONTRATO N° 02/2026 IMBEL/SEDE

INEXIGIBILIDADE N° 28/2026

VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 465.000,00

VIGÊNCIA: 01/05/2026 a 30/04/2028

TERMO DE CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI A INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL, VINCULADA AO MINISTÉRIO DA DEFESA (MD) POR INTERMÉDIO DO COMANDO DO EXÉRCITO E A PESSOA JURÍDICA F. INICIATIVAS CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, CNPJ 13.773.581/0001-46.

A **INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL**, Empresa Pública Federal, vinculada ao Ministério da Defesa, por intermédio do Comando do Exército, constituída pela Lei nº 6.227, de 14/07/1975, com seu Estatuto Social aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária 04/2024, realizada em 21/08/2024, registrado perante a Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal - JUCISDF, em 23/08/2024, conforme NIRE 53500000275 e sob nº 2589751, publicado no Diário Oficial União de 23/08/2024, seção 1, paginas 25 a 30, arquivado e publicado na JUCISDF sob nº 2591514, em 28/08/2024, regida pela Lei nº 13.303, de 30/06/2016, Lei nº 6.404, de 15/12/1976, Decreto nº 8.945, de 27/12/2016, e demais legislações aplicáveis, classificada como Empresa Pública Dependente, nos termos do art. 2º, III, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 e da Portaria nº 289, de 29/05/2008, da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, publicada no DOU, Seção I, de 30/05/2008, com capital integralmente subscrito pela UNIÃO, inscrita no CNPJ sob nº 00.444.232/0001-39, com SEDE e foro na cidade de Brasília - Distrito Federal, localizada no Quartel General do Exército, Bloco "H", 3º Pavimento, Setor Militar Urbano - SMU, Brasília - DF, CEP 70630-901, denominada **CONTRATANTE**, ou simplesmente **IMBEL**, neste ato representada, na forma do seu Estatuto, pelo Sr. **ELIANO XAVIER COSTA**, Ordenador de Despesas da **IMBEL/Sede**, portador da Carteira de Identidade sob o nº [REDACTED] inscrito no CPF sob o nº [REDACTED], que no final assina, e, do outro lado, a pessoa jurídica de direito privado **F. INICIATIVAS CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.**, inscrita no CNPJ 13.773.581/0001-46, localizada na Avenida Paulista, nº 568, 7º andar, Bairro Jardim Paulista, São Paulo/ SP, CEP 01.310-000, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato devidamente representada, pelo Sr. **RAFAEL SILVA COSTA**, Diretor Hub Latam, portador da Carteira de Identidade sob o nº [REDACTED] inscrito no CPF [REDACTED], que no final assina, resolvem celebrar o presente contrato sob o disposto no **Processo SEI nº 65251.000825/2025-84** e na **Inexigibilidade nº 28/2026-IMBEL/SEDE**, submetendo-se as partes às disposições da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, do Regulamento de Licitações e Contratos da **IMBEL** e mediante demais legislações aplicáveis ao assunto, cujas cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. Cláusula I - Objeto

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de consultoria técnica, contábil, orçamentária e tributária especializada para aplicação dos incentivos fiscais da Lei do Bem (Lei nº 11.196/05) e da Resolução CMN nº 4.534/2016, nos termos da Lei nº 13.303/2016, com a identificação e submissão de projetos de PD&I elegíveis ao incentivo fiscal, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ANUAL
1	Consultoria - prestação de serviços de consultoria técnica, contábil, orçamentária e tributária especializada para aplicação dos incentivos fiscais da Lei do Bem (Lei nº 11.196/05) e da Resolução CMN nº 4.534/2016.	787	Unid	1	R\$ 465.000,00	R\$465.000,00

1.2.1. O valor acima indicado consiste em mera estimativa, sujeita a variações para mais ou para menos, de acordo com o benefício fiscal identificado em cada exercício laborado.

1.3. Trata-se de serviços de natureza intelectual, personalíssima e estratégica, cuja execução demanda alto nível de especialização contábil, orçamentária e tributária e experiência consolidada na área de incentivos fiscais, envolvendo análise normativa, elaboração de pareceres técnicos, acompanhamento de processos, bem como atuação em todas instâncias administrativas.

1.4. Os serviços incluem o mapeamento de projetos de PD&I, a avaliação da elegibilidade desses projetos para a Lei do Bem, a identificação dos investimentos realizados, o cálculo do benefício fiscal de acordo com o período de

apuração da empresa, o desenvolvimento da estratégia de defesa, a redação de relatórios técnicos e a submissão dos trabalhos ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

1.5. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.5.1. O Termo de Referência nº 2/2026;

1.5.2. O Aviso de Contratação nº 6/2026;

1.5.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.5.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. Cláusula II - Vigência e Prorrogação

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses, contados do dia **01 de maio de 2026 ao dia 30 de abril de 2028**, até o limite de 60 (sessenta) meses respeitada a vigência máxima, em conformidade com as hipóteses previstas nos art. 68 a 80 da Lei nº 13.303, de 2016.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

3. Cláusula III-Modelo de Gestão

Execução Contratual

3.1. O regime de execução contratual, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Contrato.

3.2. Não haverá a necessidade da contratada promover a transição contratual, tendo em vista que o sistema será adaptado, desenvolvido e implantado em conformidade com o SIOC.

Gestão do Contrato

3.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 13.303, de 2016, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Fiscalização

3.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) técnicos e administrativo do contrato da Industria de Material Bélico do Brasil (IMBEL).

3.5. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

3.6. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

3.7. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

3.8. Os fiscais técnico e administrativo do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

3.9. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico e administrativo do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

3.10. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

3.11. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

3.12. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

3.13. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração.

3.14. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.

3.15. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

3.16. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

3.17. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido por comissão designada ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

3.18. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

3.19. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

4. Cláusula IV - Modelo de Execução

4.1. O objeto da contratação será executado sob regime de prestação de serviços continuados, caracterizado pela execução periódica e sistemática de consultoria tributária, bem como pelo acompanhamento do andamento dos processos. Trata-se de serviço especializado, de notória complexidade e singularidade, cuja execução exige continuidade, dedicação técnica permanente e acompanhamento individualizado das demandas da IMBEL.

4.2. O enquadramento como serviço continuado justifica-se pela necessidade de manutenção de acompanhamento contínuo até o a apuração do resultado tributário no ano subsequente ao exercício financeiro, garantindo que os serviços de consultoria e assessoria sejam prestados de forma contínua, tempestiva e alinhada às demandas apresentadas.

4.3. Para que o objetivo geral da contratação pretendida seja atingido, devem ser cumpridas as disposições contidas nas etapas a seguir dispostas:

4.3.1 Identificar os projetos, no âmbito da UA e da UP da IMBEL, que possuam as premissas adequadas ao eventual enquadramento para usufruírem dos benefícios fiscais preconizados na “Lei do Bem”;

4.3.2. Realizar um diagnóstico técnico-fiscal dos projetos elegíveis;

4.3.3. Realizar um levantamento detalhado de projetos dessa natureza com a identificação de seus marcos críticos, dos elementos tecnologicamente inovadores, do detalhamento do processo de concepção e da sua implantação, contemplando a descrição dos resultados esperados e daqueles efetivamente atingidos;

4.3.4. Levantar e descrever detalhadamente as despesas considerando os gastos com mão-de-obra (pessoas alocadas diretamente ao projeto ou de forma parcial), a contratação de serviços com terceiros (contratos, notas fiscais e demais documentos pertinentes) e os materiais aplicados, a exemplo da compra de equipamentos que possuem finalidade específica;

4.3.5. Apurar os valores com potencial para aproveitamento fiscal;

4.3.6. Orientar a contabilização de despesas para integral aproveitamento dos processos elegíveis, cujo desenvolvimento consiste da apuração dos registros contábeis dos projetos e auxílio, caso necessário, para a apuração do cumprimento das premissas legais de forma a evidenciar os gastos incorridos da forma mais apropriada;

4.3.7. Recomendar o estabelecimento de novos controles;

4.3.8. Elaborar e entregar relatórios e demonstrativos de controle de gastos e apuração do benefício fiscal factível, com enfoque na diferença com e sem a utilização do benefício em questão quando da apuração de tributos;

4.3.9. Preencher e enviar formulários e dossiês técnicos ao MCTI, consoante regramento legal vigente;

4.3.10. Acompanhar aquilo que for demandado pelo MCTI e pela RFB para fins do atendimento consistente e tempestivo;

4.3.11. Auxiliar no atendimento das obrigações acessórias atinentes à utilização do benefício fiscal em comento;

4.3.12. Disseminar boas práticas de gestão de projetos de modo a otimizar as possibilidades de recebimento do benefício fiscal a que a IMBEL® possa ter direito por intermédio da elaboração de cartilhas informativas, realização de seminários online em vídeo, sejam gravados ou ao vivo, mas também dos demais meios necessários à adesão dos empregados da organização;

4.3.13 No caso de ação fiscalizatória dos órgãos competentes, apoio técnico e acompanhamento para elaboração das respostas necessárias para comprovação da conformidade no uso dos incentivos fiscais colimados.

DETALHAMENTO DO OBJETO

4.4. Atividades a serem desenvolvidas:

- Identificação das atividades/projetos de PD&I e dos recursos humanos envolvidos;
- Alinhamento com o IMBEL sobre os conceitos de Inovação, Inovação Tecnológica, Pesquisa e Desenvolvimento, além dos conceitos das atividades beneficiadas, sendo: pesquisa básica, pesquisa aplicada, desenvolvimento experimental, tecnologia industrial básica e serviço de apoio técnico;
- Participação em reuniões técnicas com os responsáveis dos projetos, com o objetivo de recolher informações;
- Análise das documentações técnicas e econômicas associadas aos projetos de PD&I;
- Quantificação e valoração dos dispêndios elegíveis nos requisitos da legislação vigente;
- Submissão dos projetos ao órgão responsável;
- Acompanhamento do processo de tramitação da submissão com o MCTI;
- Apoio na preparação de respostas no âmbito de eventuais auditorias de pré-aprovação da candidatura;

- Apoio na preparação de documentação em toda a fase de análise administrativa do organismo competente até a sua decisão final, incluindo as eventuais fases de Alegações Contrárias e Recurso Hierárquico;
- Orientação quanto a oportunidades de aprimoramento e otimização de processo para maximização do incentivo;
- Capacitação e conscientização dos envolvidos.

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

CRONOGRAMA DOS TRABALHOS		
Etapa	Atividade	Data de Entrega até
Etapa 1: Identificação técnica	Análise e definição dos projetos elegíveis enquadráveis à Lei do Bem.	08/01/2027
Etapa 2: Valoração e quantificação	Solicitação de informações sobre os dispêndios elegíveis dos projetos (RH, serviços de terceiros e materiais de consumo).	29/01/2027
Etapa 3: Justificação técnica	Elaboração da redação técnica dos projetos, validação pelo cliente.	30/06/2027
Etapa 3: Submissão de Resultados	Submissão ao MCTI, com informações econômicas.	30/08/2027
Etapa 4: Apresentação de Resultados	Apresentar o resultado alcançado de investimento de P,D&I e Crédito Financeiro gerado, bem como discutir estratégias de melhorias para o período seguinte	30/10/2027

4.5. Etapa 1: Identificação técnica

4.5.1. Objetivo:

- Mapear todas as atividades de inovação executadas pela empresa e classificar aquelas elegíveis para a Lei do Bem.

4.5.2. Tarefas associadas:

- Abertura de missão;
- Preparação da intervenção da consultoria;
- Apresentação inicial da empresa e dos trabalhos a serem realizados;
- Definição dos responsáveis e níveis de acesso à Solução Digital Lei do Bem e liberação dos acessos;
- Identificação de áreas com potencial;
- Reunião com responsáveis de cada área, para mapeamento in loco de todos os projetos executados no ano-base;
- Mapear e identificar os projetos e iniciativas com potencial de enquadramento nos critérios da Lei do Bem;
- Recolhimento de informações técnicas necessárias complementares;
- Análise e identificação de projetos elegíveis, com base na legislação pertinente e nos manuais reconhecidos;
- Análise dos procedimentos atuais de registro em cada área da empresa;

- Analisar os requisitos técnicos, fiscais e operacionais estabelecidos pelo MCTI, recomendando, caso necessário, ajustes nos processos internos da CONTRATANTE;
- Desenvolver materiais técnicos e orientações operacionais para suporte às áreas envolvidas, quando necessário.

4.5.3. Entrega:

- Lista de atividades incentiváveis conforme referências legais e normativas.

4.6. Etapa 2: Valoração e quantificação

4.6.1. Objetivos:

- Identificar os investimentos em P,D&I realizados nos projetos elegíveis e calcular o valor do benefício fiscal.

4.6.2. Tarefas associadas:

- Análise dos centros de custo vinculados aos projetos elegíveis;
- Identificação e levantamento de horas dos profissionais que participaram/participam nos projetos elencados e reconhecidos como elegíveis pela legislação;
- Analisar a quantidade de pesquisadores envolvidos e sua adequação aos requisitos da legislação, avaliando a possibilidade do uso de incentivos adicionais permitidos;
- Recolhimento da documentação financeira (RH, notas fiscais, CND, entre outros);
- Elaboração do balancete de cálculo (em função de periodicidade definida), o qual inclui, além do cálculo, a rastreabilidade contábil de cada valor utilizado para o cálculo do benefício, blocos a serem preenchidos na ECF e análise de valores e retorno por projeto;
- Entrega da documentação à CONTRATANTE para aprovação;
- Correção das eventuais divergências constatadas pela CONTRATANTE;
- Elaboração do dossiê econômico, compilando os balancetes de cálculo e a documentação justificativa associada (RH, notas fiscais, CND, entre outros), com a revisão final dos respectivos lançamentos contábeis e sugestão de ajustes necessários;
- Identificação de restrições contábeis encontradas durante o levantamento das informações, para análise posterior.

4.6.3. Entregas:

- Balancete de cálculo com o valor do benefício;
- Dossiê econômico, que inclui:
 - Balancete de cálculo detalhado com todas as informações do parágrafo anterior;
 - Metodologia de trabalho usada para o cálculo e para a obtenção do valor do incentivo fiscal;
 - Notas fiscais digitalizadas dos serviços, materiais e outras despesas utilizadas para o cálculo, de modo a facilitar a busca de informações ante uma possível futura fiscalização;
 - Certidões que comprovem a regularidade fiscal da CONTRATANTE.

4.7. Etapa 3: Justificação técnica e submissão

4.7.1. Objetivos:

- Preparar defesas técnicas e financeiras de cada projeto, preencher todas as informações necessárias no sistema formPD e realizar a submissão ao MCTI.

4.7.2. Tarefas associadas:

- Recolhimento de informação e de documentação técnica adicional necessária para a elaboração do relatório técnico;
- Criação dos relatórios técnicos em função das linhas de atuação estratégicas definidas na etapa 1, com explicações adicionais às exigidas pelo MCTI;
- Entrega da documentação à CONTRATANTE para aprovação;

- Correção das eventuais divergências constatadas pela CONTRATANTE;
- Elaboração do dossiê técnico contendo todos os relatórios e evidências a serem apresentadas no formulário de submissão do MCTI – FORM P&D;
- Solicitação de informações administrativo-financeiras gerais requisitadas no formulário à CONTRATANTE;
- Preenchimento do FORM P&D: informações gerais da CONTRATANTE, informações técnicas e informações de cálculo do incentivo;
- Submissão do FORM P&D conforme recomendações e requisitos do MCTI;
- Entrega do dossiê técnico como anexo ao formulário;
- Envio do comprovante de submissão do formulário à CONTRATANTE.

4.7.3. Entregas:

- Dossiê técnico, que inclui:
 - Embasamento legal e normativo de PD&I utilizado na etapa de levantamento e de elegibilidade dos projetos;
 - Metodologia de trabalho usada para a redação dos projetos;
 - Sinopse de cada projeto;
 - Descrição complementar, que agrega informações e evidências adicionais às permitidas no espaço limitado autorizado pelo MCTI no formulário;
 - Anexos complementares necessários.
- Comprovante de submissão relativo ao FORM P&D do MCTI.

4.8. Etapa 4: Apresentação dos resultados

4.8.1. Objetivos:

- Apresentar o resultado alcançado de investimento de P,D&I e Crédito Financeiro gerado, bem como discutir estratégias de melhorias para o período seguinte.

4.8.2. Tarefas associadas:

- Atualizar os conhecimentos dos responsáveis sobre as evoluções jurídicas e legislativas relacionadas à Lei do Bem;
- Aconselhar e orientar a CONTRATANTE em sua estratégia de funcionamento da Lei do Bem e dos métodos de controle;
- Criação do dossiê final, compilando todas as informações técnicas e econômicas elaboradas e obtidas durante o processo, com os comprovantes e outras documentações de praxe correspondentes;
- Entrega e apresentação do dossiê final à CONTRATANTE;
- Análise durante a evolução dos trabalhos em relação aos procedimentos atuais de registro em cada área da CONTRATANTE, com o intuito de realizar um diagnóstico preciso com os principais gargalos e dificuldades encontradas nos processos;
- Apresentação dos resultados obtidos: trabalhos, números, procedimentos, orientações sobre pontos de otimização;
- Assistência técnica.

4.8.3. Entregas:

- Dossiê final;
- Apresentação com análise diagnóstica e orientações.

4.9. Do prazo da prestação do serviço

4.9.1 A prestação dos serviços deverá ser iniciada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

4.9.2. O prazo para atendimento às demandas da IMBEL será de até 10 (dez) dias corridos após o recebimento da solicitação, além de atender aos prazos estabelecidos pelo MCTI.

4.10. Do local para a prestação de serviços

4.10.1 Os serviços deverão ser prestados de forma remota ou quando necessário nas dependências da IMBEL. Isso abrangerá consultas escritas, telefônicas e telepresenciais, além da representação nas audiências, se houver em todas as suas instâncias em que houver tramitação do processo.

4.11. Do Recebimento e aceite do objeto

4.11.1. Os serviços serão recebidos periodicamente e conforme demanda, por meio do responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste termo de referência e na proposta, devendo ser elaborado relatório circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

4.11.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo de referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

4.11.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.11.4. Para efeito de recebimento provisório, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

4.11.5. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato.

4.11.6. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções.

4.11.7. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados e com base nos relatórios e documentação apresentados.

4.11.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.11.9 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

4.11.10 No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a Contratada deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.

Requisitos de Necessidade de Transição Contratual

4.12. O serviço será prestado impreterivelmente no prazo de 60 (sessenta) meses, portanto, não será necessária a transição contratual.

5. Cláusula V - Subcontratação

5.1. Será permitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

5.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação.

5.1.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

5.1.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

5.1.4. Os profissionais indicados na subcontratação deverão ser os mesmos do profissional habilitado da contratada.

6. Cláusula VI- Preço

6.1. O valor estimado é de **R\$ 465.000,00 (quatrocentos e sessenta e cinco mil)**, podendo variar para mais ou para menos a depender do montante de benefício fiscal identificado sobre cada período trabalhado.

6.2. A tabela de honorários apresentada pela CONTRATADA é a seguinte:

Benefício Identificado		Remuneração Estimada (%)
De R\$	Até R\$	
0,01	1.500.000,00	7%
1.500.000,01	3.000.000,00	6%
3.000.000,01	6.000.000,00	5%
6.000.000,01	9.000.000,00	4%
ACIMA DE 9.000.000,01		3%

6.3. Os percentuais são aplicados sobre o valor do benefício fiscal até o limite fixado na 1º (primeira) faixa da tabela. Caso exista algum valor excedente, será aplicado na 2º (segunda) faixa com o respectivo percentual. Se ainda existir valor remanescente, será aplicado nas demais faixas da tabela e assim sucessivamente.

6.4. Os projetos acima serão avaliados pela equipe técnica da contratada para efeito de admissibilidade, visando a aplicação dos incentivos fiscais da Lei do Bem (Lei nº 11.196/05) e adequar projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) executados no âmbito da IMBEL.

6.5. Os percentuais das alíquotas utilizadas como base de cálculo dos benefícios projetados, são os definidos na Nota Técnica da Diretoria Administrativo-Financeira (DRADM).

6.6. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

6.7. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.8. Em razão das alterações decorrentes da legislação tributária vigente ou futura, as Partes reconhecem que quaisquer novos tributos, contribuições, encargos ou modificações de alíquotas incidentes sobre os serviços ora contratados, bem como mudanças na forma de apuração, base de cálculo ou regime de tributação, que venham a aumentar ou reduzir o ônus fiscal do FI GROUP, serão calculados por fora, não compondo o preço originalmente pactuado, e serão acrescidos ao valor total da fatura, conforme legislação aplicável à época da emissão da nota fiscal, sem prejuízo das demais disposições contratuais. Para os tributos do ISS, PIS e COFINS permanece a sistemática vigente, sendo estes considerados por dentro do preço acordado, nos termos da legislação em vigor.

7. Cláusula VII - Pagamento

7.1. O pagamento pelos serviços prestados será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento e ateste da Nota Fiscal pelo Fiscal de Contrato e após a entrega de cada relatório econômico à CONTRATANTE, conforme etapa 2 - Etapa 2: Valoração e quantificação, do Cronograma de execução.

7.2. A CONTRATADA encaminhará os documentos de cobrança que compreenderá a Nota Fiscal ou documento fiscal equivalente (RPA) ou equivalente, juntamente com o boleto bancário com prazo de 30 (trinta) dias para pagamento, contendo o número do contrato e o mês de referência dos serviços, no qual deverão ainda estar destacados os valores relativos ao IR, INSS e ao ISSQN, caso ocorra o fato gerador destes ou outros impostos, sob pena de retenção dos valores no ato do pagamento.

7.3. A CONTRATANTE deverá REGISTRAR no sistema de controle de contratos os Serviços efetivamente prestados, sob a responsabilidade do Fiscal do Contrato, atestando a prestação dos serviços conforme especificado nos documentos vinculados e neste contrato.

7.4. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão os mesmos restituídos à adjudicatária para as correções necessárias, não respondendo a IMBEL por quaisquer encargos resultantes de atrasos nos pagamentos correspondentes.

7.6. A Nota Fiscal deverá conter as mesmas especificações da Nota de Empenho emitida pela CONTRATANTE.

7.7. Em caso de constatação de prejuízo fiscal (comprovado), independentemente do modelo de apuração e, no momento da aplicação do benefício fiscal a legislação vigente não permita o uso do referido incentivo neste cenário, será devido pela CONTRATANTE o importe de 25% por cada período de apuração, à título de honorários pela consultoria prestada.

7.8. A apuração do do exercício será definida conforme calendário estipulado pelo Departamento de Gestão Administrativa e Contabilidade (DGAC).

7.9. Tal importe está limitado a um teto de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por exercício fiscal. Para tanto, a contratada apresentará os projetos elegíveis identificados e quantificados neste período junto ao MCTI, de modo a manter o histórico perante a IMBEL.

7.10. Demais condições referentes ao pagamento encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. Cláusula VIII- Reajuste

8.1. Os preços inicialmente contratado serão fixos e irreajustáveis, contado da data da sua assinatura.

8.2. A avença a ser firmada poderá sofrer reajuste de preços, após análise motivada, obedecendo as seguintes regras:

8.2.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno mínimo de um ano, aplicando-se o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.2.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste

8.2.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.2.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.2.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9. Cláusula IX- Obrigações do Contratante

9.1. São obrigações do CONTRATANTE:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

9.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade;

9.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

9.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

9.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

9.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

9.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

9.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

9.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

9.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

9.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da IMBEL para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

9.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. Cláusula X- Obrigações do Contratado

10.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano comprovado e causado à Administração ou terceiros na medida de sua responsabilidade, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos, o qual deverá ser apurada mediante processo administrativo, na impossibilidade de apuração administrativa, deve ser apurado a responsabilidade na esfera judicial;

10.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

10.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

10.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

10.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

10.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

10.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

10.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

10.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

10.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.12. Pelo prazo de 5 (cinco) anos, na hipótese de fiscalização pela autoridade tributária que questione a dedução de incentivos fiscais de P&D apurada com base nos serviços prestados pelo FI GROUP, este se obriga a elaborar e disponibilizar relatórios técnicos justificativos dos dispêndios analisados, a fim de auxiliar a CONTRATANTE na apresentação de defesa administrativa, exclusivamente quanto aos projetos e valores decorrentes de sua atuação.

10.12.1. A CONTRATADA somente será responsável por eventuais danos suportados pela CONTRATANTE quando comprovadamente decorrentes de erro material relevante, dolo ou culpa grave de sua exclusiva responsabilidade, praticados no âmbito da execução dos serviços contratados.

10.12.2. A responsabilidade da Contratada ficará expressamente condicionada à comprovação do nexo causal direto entre sua conduta e o prejuízo alegado, bem como à apuração formal da responsabilidade por meio de processo administrativo ou judicial regularmente instaurado, com decisão definitiva, transitada em julgado ou esgotadas as instâncias administrativas, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.12.3. Eventual obrigação de ressarcimento ficará limitada, em qualquer hipótese, ao montante total dos honorários efetivamente pagos à CONTRATADA pela CONTRATANTE no respectivo exercício fiscal em que ocorrido o fato gerador do prejuízo, excluindo-se lucros cessantes, danos indiretos, danos emergentes não comprovados e quaisquer penalidades aplicadas em razão de informações incorretas ou incompletas fornecidas pela própria Contratante ou por terceiros.

10.13. Da Responsabilidade Civil e Técnica: A Contratada será responsável exclusivamente pela execução técnica dos serviços contratados, com base nas informações, documentos e dados fornecidos pela Contratante, não assumindo responsabilidade pela veracidade, completude, exatidão ou atualização de tais informações.

10.13.1. A responsabilidade da Contratada por eventuais prejuízos relacionados à apuração de cálculos, enquadramento das atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e ao preenchimento de obrigações acessórias previstas na Lei do Bem ficará restrita aos casos de erro material relevante, dolo ou culpa grave, devidamente comprovados, e desde que configurada sua culpa exclusiva.

10.13.2. Na hipótese de glosa fiscal e autuação pela Receita Federal do Brasil ou por qualquer outra autoridade competente, a Contratada se compromete a devolver a parte proporcional dos seus honorários correspondente a parcela rechaçada pela autoridade competente.

10.13.3. Na hipótese de questionamento pelo MCTI a CONTRATADA se compromete a realizar o pedido de reconsideração e recurso administrativo a ser protocolado perante ao Ministério.

10.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

10.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

10.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

10.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

10.18. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

10.19. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;

10.19.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

10.20. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato;

10.21. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus fiscais, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

10.22. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

10.23. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

10.24. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

10.25. Ceder ao CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do CONTRATADO.

10.25.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos, registros e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

11. Cláusula XI- Obrigações LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações. 10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. Cláusula XII - Garantia

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

13. Cláusula XIII-Infrações e Sanções Adm

13.1. Cometer infração administrativa e passíveis de sancionamento, nos termos da Lei nº 13.303/16 e dos artigos 187 a 192 do Regulamento de Licitações e Contratos da IMBEL, de 19 de julho de 2023, a contratada que:

13.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços ou ao interesse coletivo;

13.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

13.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

13.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; e

13.1.9. recusa injustificada para assinatura do contrato e do recebimento da Nota de Empenho.

13.1.10 As medidas acima elencadas somente serão aplicadas à parte que der causa exclusiva ao evento.

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, mediante sua exclusiva atuação, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

II. **Suspensão temporária de licitar e impedimento de contratar** por até 2 (dois) anos, registro no SICAF e no CEIS, de acordo com o preconizado no artigo 23 da Lei nº 12.846/13, em virtude do cometimento de infrações previstas nos itens 13.1.1 a 13.1.9.

III. Multa:

1. **Compensatória de até 10% (dez por cento)** 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, do valor do Contrato.

2. **Compensatória de até 10% (dez por cento)** e 13.1.9, do valor do Contrato.

2.1. As multas deixarão de ser aplicadas ou suspensas, salvo motivo de força maior ou caso fortuito

3. Para infração descrita nos subitem 13.1.1 e 13.1.2, a multa será de até 1 da parcela inadimplida, ressalvada a seguinte infração: 0% (dez por cento)

4. **Multa moratória de até 0,3% (zero vírgula três por cento)** do valor em caso de atraso injustificado para assinatura do termo de contrato, por dia de atraso até o limite de 30 dias, sobre o valor total do contrato.

5. **Multa moratória de até 0,3% (zero vírgula três por cento)** em caso de situação irregular de habilitação, por dia de atraso até o limite de 30 dias, sobre o valor total da Nota de Empenho.

6. Multa moratória de até 0,3% (zero vírgula três por cento) em caso de atraso na prestação dos serviços, por dia de atraso até o limite de 30 dias, sobre o valor total da Nota de Empenho.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, mediante comprovação e apuração da responsabilidade.

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 13.303 de 2016, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente.

13.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

13.12. Em caso a rescisão por parte da CONTRATANTE ocorra em período após o FI GROUP realizar o cálculo analítico dos dispêndios por projeto para determinar a base dedutível por atividade de P&D, com a comunicação a CONTRATANTE do benefício fiscal, assim como a comprovação de entrega do benefício em relação ao período de apuração considerado, o FI GROUP terá direito de receber 75% (setenta e cinco) do total dos honorários variáveis, cujo pagamento deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias contados da rescisão do Contrato.

14. Cláusula XIV-Extinção Contratual

14.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

14.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

14.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

14.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos abaixo, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas; e

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

14.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, conforme previsto no art. 38, da Lei n.º 13.303, de 2016.

15. Cláusula XV-Alterações Contratuais

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos art. 81 e seguintes da Lei nº 13.303, de 2016.

15.2. O contratado PODERÁ aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 81 da Lei nº 13.303, de 2016.

16. Cláusula XVI- Dotação Orçamentária

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, descentrados por meio da Nota de Crédito nº 2026NC000432, de 27 de abril de 2026.

16.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 168003 - INDUSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL;

II) Fonte de Recursos: 1050000229;

III) PTRES: 232364;

IV) Natureza de Despesa: 33.90.35; e

V) Plano Interno: B1DAATSINOV

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

17. Cláusula XVII - Casos Omissos

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303, de 2016, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

18. Cláusula XVIII-Publicação

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), **similar** a forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, no Diário Oficial da União - DOU, bem como no respectivo sítio oficial na Internet.

19. Cláusula XIX - Foro

19.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal da cidade de Brasília-DF para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme previsão legal.

20. Cláusula XX - Disposições Gerais

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente contrato é assinado pelas partes e por duas testemunhas, na forma eletrônica, com eficácia a contar a partir da data da última assinatura.

21. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ELIANO XAVIER COSTA

Ordenador de Despesas da IMBEL/Sede

RAFAEL SILVA COSTA

Representante Legal da FI GROUP

JOAO BATISTA DA SILVA

Testemunha

RAYSSA MONTE SERRA

Testemunha

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DE DADOS PESSOAIS.pdf (132.26 KB)
- Anexo II - TERMO DE CIENCIA E COMPROMISSO.docx (84.04 KB)